

Constituinte termina 1º turno e entra em recesso



Josemar Gonçalves

A reunião dos dissidentes do PFL não conseguiu reunir mais que 12 parlamentares da bancada



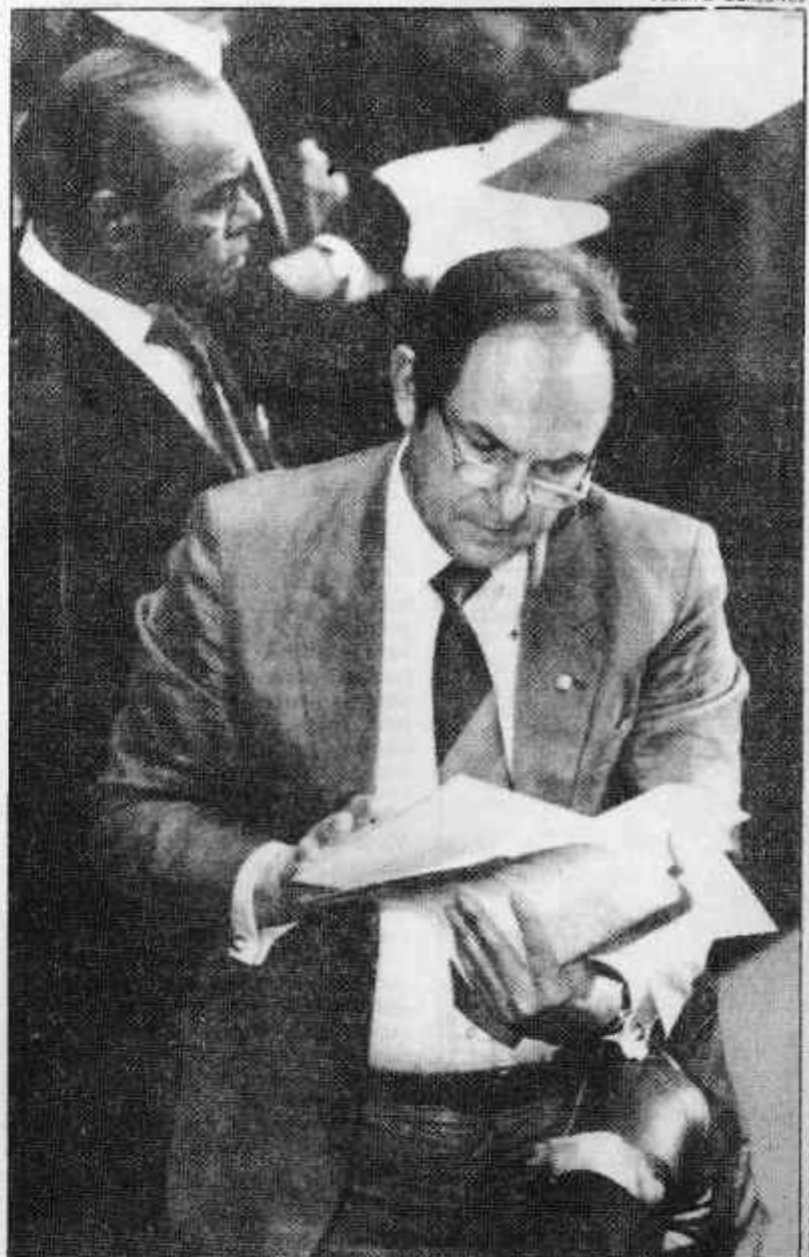
A Constituinte terminou de votar ontem o primeiro turno do projeto de Constituição e entrará em "recesso branco" até o próximo dia 20, quando deverá começar a apreciação do texto em segundo turno, em que só serão permitidas emendas supressivas. Ontem à tarde o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) mandou distribuir a todos os parlamentares as normas que deverão reger a penúltima etapa da Assembleia até a promulgação da nova Carta.

Ao final da sessão de ontem, em que foram prestadas homenagens ao relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e ao próprio Ulysses, o presidente da Constituinte disse que o conteúdo do projeto de Constituição que foi votado no primeiro turno ultrapassou todas as expectativas.

Ele citou o dispositivo que trata da democracia participativa — que permite que a população participe da elaboração de projetos de lei no Legislativo, como um exemplo de modernidade que a nova Constituição terá.

Votação
Nas normas para a votação do texto constitucional em segundo turno divulgadas ontem, o deputado Ulysses Guimarães sepultou de vez qualquer possibilidade de vir a ser apresentado qualquer destaque para votação em separado. Ulysses estabeleceu o princípio que todo o texto já foi aprovado com um número mínimo de 280 votos e portanto para retirar qualquer parte do que já foi aprovado é necessário também o referendo de 280 parlamentares. O destaque para votação em separado inverte esse processo e dá a quem quer manter o dispositivo ou parte dele o ônus dessa maioria absoluta.

Segundo as normas, só serão permitidas emendas supressivas ou para sanar omissões, erros, contradições ou para correção de linguagem. Junto com as normas enviadas a cada constituinte foi enviado também um formulário para os parlamentares marcarem em que caso se encontram as 4 emendas que tem direito a apresentar.



Josemar Gonçalves

Bernardo Cabral foi homenageado, ontem, pelos constituintes

Governistas vão lutar por F. de Noronha

A autonomia do arquipélago de Fernando de Noronha pode ser uma das teses a ser abraçada pela bancada governista no segundo turno de votações da Assembleia Nacional Constituinte. A oferta foi feita ontem pelo presidente José Sarney ao governador da ilha, Fernando César Mesquita, na Base Aérea de Brasília, minutos antes de o Presidente embarcar para a China.

Ulysses Guimarães, Sarney chamou Fernando César para um canto, afastado dos políticos e autoridades que participavam da cerimônia e, com ar indignado, conversou a sós durante alguns minutos com o governador.

O governador garantiu que não aceitou a oferta, mas apresentou uma sugestão: o arquipélago poderia ser incluído no artigo 257 das Disposições Permanentes, no capítulo do meio ambiente, que dispõe sobre a proteção para áreas consideradas "patrimônios da União".

Para o governador, o voto que anexou Fernando de Noronha foi um voto contra Sarney. Quarta-feira, depois de conhecer a decisão da Constituinte, Fernando César telefonou para o governador Miguel Arraes, que tratou de tranquilizá-lo.

"Ele me convidou para ser interventor da ilha", afirmou.

Militares aceitam anexação da ilha

A anexação do Território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco, aprovada quarta-feira pela Constituinte, não representa uma preocupação para as Forças Armadas. Embora reconheça a importância estratégica do arquipélago o Centro de Comunicação Social do Exército informou, ontem, que não houve nenhuma orientação específica para que os assessores parlamentares trabalhassem contra a anexação.

Por mais de 45 anos o Território foi administrado pelas Forças Armadas. Primeiro pelas mãos do Exército que o passou para o Ministério da Aeronáutica em 1981. Cinco anos mais tarde, já no governo Sarney, sua administração foi transferida para o Estado-Maior das Forças Armadas quando o então chefe do EMFA, almirante José Maria do Amaral, resolveu transformar o arquipélago em pólo turístico.

A ideia não foi adiante. Numa de suas visitas à ilha o Presidente decidiu que ela seria transformada em área de preservação ambiental. Logo depois ele transferiu a administração do Território para o Ministério do Interior indicando seu ex-porta-voz, Fernando César Mesquita, para o cargo de governador.

Ulysses fica acompanhando a nova Carta

O deputado Ulysses Guimarães disse ontem que, mesmo assumindo a Presidência da República, com a viagem do presidente José Sarney à China, não vai descuidar de suas responsabilidades de presidente da Constituinte. "Vou acompanhar as sessões, apresentação de emendas, manter contato com as lideranças, se isso for necessário. Estarei atento ao desenrolar desta fase dos trabalhos da Constituinte", assinalou o deputado Ulysses Guimarães.

O presidente da República em exercício, nas declarações que prestou à imprensa, na Base Aérea, assim que recebeu o cargo do presidente José Sarney, afirmou que, nesse período em que ficará à frente do Governo, vai procurar saber das consequências da aprovação, pela Constituinte, da anistia para os pequenos, micros, médios empresários e produtores rurais; de sua repercussão não só no setor bancário oficial e Banco do Brasil, mas também no Setor particular, "verificando a profundidade dessas repercussões".

Esquerda prepara estratégia

As lideranças dos partidos progressistas, desde o PT até o PMDB, estarão reunidas na terça-feira, quando o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) apresenta o texto final do primeiro turno, para preparar as emendas supressivas e a estratégia a ser seguida no segundo turno de votação. A principal preocupação será manter as conquistas já obtidas, mas os partidos de esquerda também pensam em suprimir alguns artigos.

Os progressistas vão concentrar esforços na manutenção justamente daqueles artigos visados pelo Centrão, como jornada de trabalho de 44 horas, licença maternidade de 120 dias, turno de revezamento de seis horas, nacionalização do subsolo e direito irrestrito de greve. Mas a tarefa destes partidos será facilitada pelo regimento interno, porque caberá ao Centrão conseguir 280 votos para suprimir estes dispositivos.

O levantamento dos artigos a serem suprimidos pela esquerda ainda está sendo feito, mas suas lideranças já podem adiantar algumas pretensões.

É praticamente unânime, por exemplo, a vontade de suprimir o

dispositivo que proíbe a desapropriação de terras produtivas.

O senador José Bisol (PSDB-RS) está propondo a supressão do artigo que privatiza os cartórios, com apoio total do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). Com isso, seria repassada para os estados a atribuição de regular esta atividade, ficando aberta uma brecha para a estatização. O líder do PCB, Roberto Freire (PE), pensa em extinguir o domicílio eleitoral.

Freire também estuda, juntamente com líderes de outros partidos, a possibilidade de unificação das aposentadorias. Ficaria assegurada para todos os trabalhadores, do setor público ou privado, a aposentadoria aos 35 anos para homens e 30 anos para mulheres, preservadas as aposentadorias especiais, definidas em lei.

Outro tema polêmico e a extinção do Conselho de Segurança Nacional, defendida pelo PT. Vivaldo Barbosa considera que o conselho será mais um instrumento de democratização do país, porque é integrado em sua maioria por ministros civis.

Josemar Gonçalves



A questão da mineração foi o último acordo dos líderes no 1º turno

Exploração mineral tem prazo

A Constituinte aprovou ontem, com 355 votos favoráveis, nove contrários e oito abstenções, a fusão de emendas obrigando as multinacionais a iniciar pesquisa e lavra mineral no prazo de um ano após a promulgação da Constituição ou quando for aprovada a lei complementar que vai regulamentar a exploração das jazidas minerais, sob pena da cassação das concessões autorizadas pela União.

Na mesma sessão, também foi aprovada emenda que estabelece o prazo de quatro anos para a nacionalização do setor mineral, conforme ficou acertado entre as lideranças partidárias quando da votação do capítulo que trata dos recursos minerais, nas Disposições Transitórias.

Segundo o deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), um dos autores da emenda, que obriga a exploração das lavras, com a liberalidade da atual lei de pesquisa e lavra de recursos minerais, as empresas estrangeiras utilizam a maior parte das áreas onde detêm concessões para

promover especulação. "Somente a British Petroleum detém a concessão de uma área de 192.400 quilômetros quadrados, um pouco menor do que a extensão do seu país de origem, a Inglaterra, e deixa de explorar a maior parte desse território, que ficam como reserva técnica para especulação", queixou-se o deputado pelo Rio de Janeiro.

Nacionalização

A fusão de emendas que fixa era quatro anos, após a promulgação da nova Carta, o prazo para que as empresas brasileiras se nacionalizem a fim de continuar participando da pesquisa e lavra mineral no País, foi aprovada por 361 votos a favor, dois contra e duas abstenções. Para o deputado Lysáneas Maciel, o prazo de quatro anos é muito longo e inclusive porque vai coincidir com a data em que a Constituição poderá ser revisada. "O ideal seria um ano porque em quatro anos poderá haver uma mudança radical que beneficie novamente as empresas com capital estrangeiro", advertiu.

redação final por descuido: a emenda para tirar o erro visa a corrigir a redação do texto aprovado em primeiro turno; a de contradição, visa a dar um sentido homogêneo a dispositivos que estão em conflito de redação. Por último as emendas de correção de linguagem para sanar apenas os vícios ou defeitos do texto de técnica legislativa.

Arquivo 03/05/88



Senador José Bisol (RS)

Votação só irá recomeçar dia 20

As votações do segundo turno só começam no dia 20 de julho, mesmo com a redução dos prazos do relator Bernardo Cabral, que utilizará apenas cinco dos sete dias que regimentalmente lhe são conferidos para a compatibilização do texto aprovado em plenário. O calendário para esta fase é o seguinte:

Julho

De 1º a 4

De primeiro de julho ao dia 04 — prazo estabelecido pelo relator para redação da matéria votada em primeiro turno. O prazo regimental é de sete dias, portanto, o trabalho do relator poderá se estender até o dia 7 de julho.

Dia 5

— Publicação da íntegra.

De 6 a 10

— Prazo para apresentação de emendas. Neste período o plenário voltará a se reunir para discussão do texto apresentado pelo relator.

Dia 11

— Publicação das emendas apresentadas.

De 12 a 16

— Prazo para o parecer do relator quanto ao mérito das emendas apresentadas.

Dia 17

— Publicação do parecer do relator.

Dias 13 e 19

— Prazo para encaminhamento dos pedidos de destaque para as emendas apresentadas.

Dia 20

— Início da votação em segundo turno. Antes de apreciar as emendas, o plenário votará a íntegra do texto, ressalvados os destaques.